

24 NOV 2000

MARCIO MOREIRA ALVES

de Brasília



Questão de ética

• Os políticos passaram os últimos dias da sessão legislativa manobrando em volta de um assunto que, normalmente, só a eles interessa: a escolha dos presidentes da Câmara e do Senado. Desta vez, no entanto, a escolha interessa a um público mais amplo — o dos homens e mulheres que, em todas as grandes cidades do país, manifestaram pelo voto o desejo de uma vida pública mais ética e honesta.

A insensibilidade moral da maioria dos políticos, ao longo da semana, foi chocante. É que a questão da eleição de Jader Barbalho para a presidência do Senado e, em decorrência, para a presidência do Congresso, não é uma questão partidária. A eleição de Jader é uma questão da sociedade. O que os políticos do PSDB e do PMDB estão propondo é um desrespeito às aspirações de combate à impunidade no desvio de dinheiros públicos e de ética na política.

Ao contrário da geração de políticos da fase democrática, a partir de 1945, que na grande maioria morreram pobres, há hoje muitas histórias de políticos que enriqueceram na vida pública. No caso de Jader não se trata de um boato ou uma maledicência, entre tantas que prosperam pelos corredores de Brasília. É um caso comprovado e evidente.

Uma imagem vale mil palavras, dizem. A revista "Veja" publicou uma capa com o retrato de Jader e a legenda: "O senador dos 30 milhões". No interior da revista há três fotografias que valem por milhares de palavras. Uma é da modestíssima casa onde Jader começou sua carreira política, numa vila operária de Belém do Pará, e onde nasceu seu primeiro filho. Outra é da sede de uma de suas fazendas — uma suntuosa mansão de várias centenas de metros quadrados de construção, cercada de campos de tênis e de uma piscina. A terceira é da casa igualmente suntuosa que tem numa praia do Ceará, para passar férias. A revista enumera ainda muitos outros bens que constam das cópias das declarações de Imposto de Renda que Jader foi obrigado a entregar ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará para concorrer a eleições. São dados impressionantes, mas sem as imagens tornam-se um tanto abstratos. Ninguém é capaz de avaliar, por exemplo, o tamanho de um rebanho bovino de nove mil cabeças. Sabe-se que é uma imponente quantidade de bois. Pode-se até calcular o seu valor, tomando-se uma média de 10 arrobas por cabeça e atribuindo-se R\$ 40 por arroba, que é o que o mercado informa que se cobra em São Paulo. Chega-se assim a um valor de R\$ 3,6 milhões. É muito dinheiro. Um milhão a mais do que o senador declara ser o valor total de sua fortuna. Mas não se visualiza este pecúlio.

Depois da publicação da "Veja", Jader reuniu a imprensa e foi incapaz de ex-

plicar como acumulou tamanho patrimônio. Limitou-se a um gesto teatral, dizendo que, se em 30 dias a revista conseguisse comprador para as suas propriedades pelo valor que declarou terem, poderia ficar com o dinheiro. Como os órgãos de imprensa não costumam trabalhar com a corretagem de imóveis e de empresas, a fanfarronada ficou por isso mesmo.

Perguntei por Jader da última vez que entrevistei o presidente Fernando Henrique. Ele respondeu:

— As acusações que lhe fazem são sobre negócios anteriores ao meu Governo.

Nem o presidente nem eu quisemos aprofundar o assunto, mas a resposta me pareceu um tanto perfumada. Como se dissesse:

— É verdade que fulano matou o pai e a mãe e torturou a sogra até a morte. Mas isto foi antes da minha posse. Logo, posso nomeá-lo ministro do Supremo ou secretário de Direitos Humanos.

Volto ao princípio: a eleição de Jader Barbalho, que se tornou um símbolo da impunidade das elites políticas, não é um caso de seu partido. É um caso de desafio acintoso aos sentimentos éticos de toda a sociedade. Fazê-lo personificar o Congresso Nacional, presidindo-o, é desastroso para a imagem da instituição e para a reputação dos políticos, que já anda tão rasteira. Está nas mãos do presidente da República permiti-lo ou impedi-lo. O argumento de que se trata de um problema exclusivamente do Congresso é hipocrisia pura e simples.

Se a imagem dos políticos está suja no seu cume, por baixo pode estar ainda pior. O deputado Walter Pinheiro (PT-BA) fez da tribuna uma denúncia sobre prefeitos que perderam a reeleição. Disse que nos municípios de Itapermetá e Baixa Grande, no semi-árido da Bahia, os prefeitos estão vendendo o patrimônio das prefeituras — máquinas, veículos, prédios — para deixar as prefeituras sem patrimônio algum para os seus sucessores. O esquema se repete em 147 municípios do estado. Em Santo Amaro, onde Genebaldo Corrêa, antigo anão do orçamento, foi eleito prefeito, o Ministério Público conseguiu bloquear as contas bancárias da prefeitura. Mas este parece ser um caso único até agora.

Em Rio Verde, Goiás, o prefeito parou de pagar aos funcionários e aos fornecedores há três meses. A população está nas ruas e a fome ronda os lares.